

# Ourinvest Participações S.A.

CNPJ 05.392.771/0001-17  
Avenida Paulista, 1728 - 1º andar - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP - CEP 01310-919

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.S.as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 28 de abril de 2021

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2020	2019	PASSIVO	Nota Explicativa	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>70.886</b>	<b>17.863</b>	<b>Circulante</b>		<b>19.002</b>	<b>19.862</b>
Disponibilidades	4	24	197	Obrigações por empréstimos	9	18.000	17.671
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				Outras obrigações		1.002	2.191
e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	66.694	206	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>60.489</b>	<b>113.637</b>
Outros créditos	6	4.165	17.458	Capital social		57.621	81.440
Outros valores e bens		3	2	Reservas de lucros		2.868	32.197
Despesas antecipadas		3	2				
<b>Não Circulante</b>		<b>8.605</b>	<b>115.636</b>				
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>							
e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	7.913	-				
Investimentos	7	531	115.479				
Imobilizado de uso	8	72	82				
Intangível	8	89	75				
<b>Total</b>		<b>79.491</b>	<b>133.499</b>	<b>Total</b>		<b>79.491</b>	<b>133.499</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva Especial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>10</b>	<b>81.440</b>	<b>1.129</b>	<b>31.068</b>	-	<b>113.637</b>
<b>Aumento de Capital</b>		102.261	-	-	-	102.261
<b>Redução de Capital</b>		(126.080)	-	-	-	(126.080)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.671	24.671
Distribuição de dividendos		-	-	(31.068)	(22.932)	(54.000)
Compensação com reservas de lucros:						
Reserva legal		-	1.234	-	(1.234)	-
Reserva especial de lucros		-	-	505	(505)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10</b>	<b>57.621</b>	<b>2.363</b>	<b>505</b>	-	<b>60.489</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>10</b>	<b>81.000</b>	<b>811</b>	<b>27.972</b>	-	<b>109.783</b>
Aumento de Capital		440	-	-	-	440
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.367	6.367
Reversão de dividendos		-	-	-	-	-
Compensação com reservas de lucros:						
Reserva legal		-	318	-	(318)	-
Reserva especial de lucros		-	-	6.049	(6.049)	-
Reversão de Dividendos não distribuídos		-	-	3.852	-	3.852
Juros de Capital Próprio		-	-	(6.805)	-	(6.805)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10</b>	<b>81.440</b>	<b>1.129</b>	<b>31.068</b>	-	<b>113.637</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

### NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**1. Informações Gerais:** A Ourinvest Participações S.A. ("Companhia") tem como *objeto social* a participação em empreendimentos imobiliários; participação em outras sociedades; e exploração de concessão de serviços públicos e desenvolvimento de projetos de engenharia civil em rodovias. A Companhia tem suas atividades vinculadas diretamente ao mercado financeiro, atuando i) em investimentos, câmbio, créditos e financiamentos; ii) na participação, na incorporação e na administração de empreendimentos imobiliários; na compra e venda e na locação de imóveis; e na participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria em 28 de abril de 2021.

**2. Políticas Contábeis Significativas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo: **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e do Comitê de Normas Contábeis Brasileiras (CNC). Nas demonstrações financeiras as controladoras são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As inter-mediárias da controladora (Banco Ourinvest S.A., Supplercard Participações S.A.) disponibilizam ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC. **2.2. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** **a) Auração do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. **b) Transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários, são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica Disponibilidades), e aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na nota 4. **d) Aplicações em depósitos interfinanceiros:** A Companhia apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na nota 4. **e) Instrumentos financeiros:** De acordo com o CPC 38 – "Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração", todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. Os instrumentos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias: • Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação; • Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo; • Ativos financeiros disponíveis para venda; • Ativos financeiros empréstimos e recebíveis; • Passivos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativa designada pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensuração ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando designados e efetivos como instrumentos de *hedge* contábil. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são representados na demonstração do resultado em resultado financeiro. **II. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados ao valor justo. Os juros de títulos disponíveis para a venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perdas em seu valor recuperável (*impairment*). São reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, e quando aplicável estão ajustados por provisão para redução ao valor de mercado. Os títulos de renda fixa estão custodiados em Instituições Financeiras. **III. Derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivo quando é negativo. Derivativos podem ser designados ou qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo é diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil. **IV. Hedge de fluxo de caixa:** Para os derivativos se são qualificados e são designados como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na Demonstração do Resultado Abrangente – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente classificados para o resultado são reconhecidos na linha correspondente de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado. Se o relacionamento de *hedge* é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente. **f) Devedores Diversos:** Os valores classificados em devedores diversos são inicialmente contabilizados ao valor justo, que é o valor para originá-los ou comprá-los, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima fluxo de caixa considerando todos

os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzida a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para devedores duvidosos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São avaliados periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de um crédito ou um grupo de créditos que estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem, de acordo com o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda, após ser confiavelmente estimado. O critério utilizado para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui: • Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros; • Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores); • Violação de cláusula ou termos de empréstimos; • Deterioração da posição competitiva do emissor; • Solicitação de recuperação judicial; • Detecção de falência; Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. São empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos. As operações de crédito cujos termos foram posteriormente não são inadimplentes, mas considerados como novos empréstimos. Em períodos posteriores se os termos negociados não forem honrados o ativo será considerado como inadimplente. **g) Outros ativos financeiros:** Estes ativos são apresentados em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. **h) Imobilizado:** De acordo com o CPC 27 – "Ativo Imobilizado", o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas abaixo:

#### Taxas anuais de depreciação

Imobilizado de uso	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Outros ativos intangíveis
10%	10%	10%	20%

De acordo com o CPC 01 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração do Resultado. A avaliação de perda pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Outras Receitas ou Despesas Operacionais. **i) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os passivos que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado em despesas de juros e rendimentos. Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial são reconhecidos a custo amortizado: • Empréstimos e financiamentos; • Outras obrigações. **j) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%. As provisões para a contribuição social são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, à alíquota de 9%. A Companhia adotou o Regime Transitório Tributário (RTT), para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais. No exercício de 2020 a companhia apurou lucro fiscal de IRPJ e contribuição social, em 2019 houve prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e contribuição social. **k) Ativos e passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto, quando a Administração da Companhia entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde às ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações civis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Companhia e suas controladas, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. As contingências são classificadas como: • Prováveis: as quais são constituídas passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões; • Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e • Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação. **l) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996 as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado nas Demonstrações do Resultado. **m) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulações. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 "Resultado por Ação".

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** **a) Disponibilidades:** São representados por disponibilidades em moeda nacional. Os valores estão apresentados abaixo:

	2020	2019
Caixa	6	6
Depósito Bancário	18	191
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>197</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	2020	2019
<b>Receitas de participações</b>		<b>30.093</b>	<b>21.565</b>
Equivalência patrimonial positiva		30.024	20.672
Rendas de contrato mútuo/cessão de crédito		69	893
<b>Despesas de participações</b>		<b>(8.405)</b>	<b>(11.027)</b>
Equivalência patrimonial negativa		(7.682)	(9.377)
Despesas de empréstimos	9a	(723)	(1.650)
<b>Resultado bruto</b>		<b>21.688</b>	<b>10.538</b>
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>		<b>(2.247)</b>	<b>(3.610)</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.054)	(1.693)
Despesas de pessoal/Pró-labore		(636)	(567)
Despesas tributárias		(601)	(1.216)
Outras receitas operacionais		51	86
Outras despesas operacionais		(7)	(220)
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>		<b>19.441</b>	<b>6.928</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>5.889</b>	<b>(5.165)</b>
Receita com títulos e valores mobiliários		10.416	6.681
Despesa com títulos e valores mobiliários		(4.527)	(6.746)
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(15)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>25.315</b>	<b>6.367</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>11</b>	<b>(644)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda		(467)	-
Contribuição social		(177)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.671</b>	<b>6.367</b>
<b>Lucro por ação - (Reais/Ação)</b>		<b>1.1930</b>	<b>0,5753</b>
Quantidade de ações		20.680.290	11.067.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.671</b>	<b>6.367</b>
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>24.671</b>	<b>6.367</b>
Quantidade de ações	20.680.290	11.067.960
<b>Lucro por ação (Reais/Ação)</b>	<b>1,1930</b>	<b>0,5753</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** **a) Diversificação por tipo, prazo de vencimento e valor de mercado:** Os instrumentos financeiros foram contabilizados pelo seu valor justo e estão assim representados:

	2020	2019
<b>Títulos disponíveis para a venda:</b>		
Lfs (*)	9.913	7.913
CDB Banco CDI (*)	3.398	3.398
Cotas de Fundos Multimercado (*)	15.631	15.631
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios (4)	44.564	44.564
Instrumentos Financeiros Derivativos (5)	3.101	3.101
<b>Total</b>	<b>6.499</b>	<b>68.108</b>

**Valor de mercado**

Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
-	206	206
-	206	206

(\*) São representadas por aplicações em letras financeiras (Lfs), sendo remuneradas a taxa de 100% do CDI; (\*) São representadas por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa 100% e 103% do CDI; (4) CRED SUPPLIER FICIM | Cotas: 15.171 | PU: 1,03 – Total: R\$ 15.631; (5) SUPP FIDC MEZA1 PCO | Cotas: 355 | PU: 105,08 – Total: R\$ 37.305; SUPP FIDC MEZA2 PCO | Cotas: 68 | PU: 106,37 – Total: R\$ 7.258; (6) Resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado, com base nos ajustes diários obtido pela estrutura a termo, opções e futuro ptax – Banco Central do Brasil e Cotações em Bolsas. Conforme abaixo:

Operação	Moeda	Data da Operação	Data de Vencimento	Valor em M/E	Taxa	Valor Inicial R\$	Ptax	Valor Atual R\$
Compra	Dólar	19/05/2020	19/05/2021	5.000	5,81	29.065	5,20	25.984
Compra	Dólar	03/06/2020	19/05/2021	600	5,05	3.031	5,20	3.118
Compra	Dólar	25/06/2020	19/05/2021	500	5,41	2.705	5,20	2.598

**6. Outros Créditos**

	2020	2019
Impostos e contribuições a compensar	3.847	1.898
Títulos e créditos a receber (1)	-	15.560
Devedores diversos país	318	-
<b>Total</b>	<b>4.165</b>	<b>17.458</b>

(1) São representadas por mútuos com pessoas ligadas indexados à variação de 100% do CDI. Está dividido em 3 contratos com vencimento após 12 meses.

**7. Investimentos:** **a) Composição dos investimentos:** Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

	2020			2019		
	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
<b>No país</b>	<b>531</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>531</b>	<b>22</b>	<b>-</b>
Companhia Ourinvest Securitizadora de Crédito Financeiros	99,99%	262	21	-	-	-
Ourinvest Metais - Comercial exportadora	99,99%	269	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>531</b>	<b>22</b>	<b>-</b>

**No exterior**

	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Ourinvest Participações (Bahamas) Limited..	99,98%	-	-	-	-	-
<b>No país</b>	<b>115.479</b>	<b>13.448</b>	<b>6.300</b>	<b>115.479</b>	<b>13.448</b>	<b>6.300</b>
Banco Ourinvest S.A. (1)	100,00%	103.482	5.825	6.300	-	-
Companhia Ourinvest Securitizadora de Crédito Financeiros	99,99%	241	67	-	-	-
Ourinvest Metais - Comercial exportadora	99,99%	269	4	-	-	-
Ourinvest Corretora de Seguros Ltda (2)	99,99%	317	89	-	-	-
Ourinvest Real Estate Holding Ltda (3)	70,00%	11.170	7.463	-	-	-
<b>Total</b>	<b>115.479</b>	<b>13.448</b>	<b>6.300</b>	<b>115.479</b>	<b>13.448</b>	<b>6.300</b>

Em 31.08.2020 conforme AGE da Ourinvest Investimentos – Holding Financeira S/A aumento de Capital Social da companhia com a conferência de bens das ações do Banco Ourinvest S/A, detidas pela Ourinvest Participações S/A e a transferência aos acionistas na proporção de suas participações societárias; (2) Em 30.09.2020 conforme AGE da Ourinvest Participações S/A houve redução de capital social com a restituição das ações detidas da Ourinvest Real Estate Holding Ltda aos acionistas na proporção de suas participações societárias. (Nota 10); (3) Em 25.11.2020 conforme 5º Instrumento Particular de Alteração Contratual da Ourinvest Corretora de Seguros houve a transferência das quotas detidas pela Ourinvest Participações S/A.

**8. Imobilizado**

	2020	2019
<b>Valor de custo</b>	<b>11</b>	<b>8</b>
Taxa anual de depreciação	10%	10%
Depreciação acumulada	(36)	(66)
<b>Valor contábil</b>	<b>(2)</b>	<b>6</b>
<b>Intangível</b>	<b>(38)</b>	<b>72</b>

**9. Obrigações por Empréstimos:** **a) Composição de empréstimos e financiamentos**

	2020	2019
Empréstimo no país (1)	18.000	17.671
<b>Total</b>	<b>18.000</b>	<b>17.671</b>

(1) Resultado com empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021, totalizou em R\$ (723) (2019 - R\$ 1.650).

**10. Patrimônio Líquido:** **a) Capital Social:** Conforme ata registrada em assembleia no dia 30/09/20 ocorreu uma redução do capital da sociedade, no valor total de R\$ 126.080.279,36 (cento e vinte e seis milhões, oitenta mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), por ser excessivo ao necessário para consecução do objeto social da sociedade, em razão do que o capital